



## PATRIMÔNIOS FAMILIARES NO SÉCULO XIX: AS MUDANÇAS POLÍTICAS

*Andréa Pagno Pegoraro<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Este artigo tem a finalidade de abordar as questões políticas que envolviam as bases econômicas dos patrimônios familiares rio-grandenses no final do século XIX e início do século XX, destacando de que modo as mudanças nos alicerces políticos poderiam se refletir na sociedade rural. Nosso objetivo é conhecer melhor quem eram as pessoas que viviam nas terras que pertenciam ao território de Vacaria,

Buscamos em nosso trabalho compreender um pouco sobre a estrutura agrária rio-grandense a partir dos Campos de Cima da Serra no período compreendido pela República Velha. Partimos da hipótese de que Vacaria foi um território essencialmente pecuarista até meados de 1930 e que as mudanças políticas afetaram diretamente a economia gaúcha voltada principalmente a comercialização de animais e charque. Procuramos identificar o que haviam nas fazendas, quem eram seus proprietários e o que nelas se plantava, tendo como objetivo principal, neste estudo, analisar como se desenrolavam as questões políticas e como estas repercutiam na economia.

Evidenciamos que, muitas foram as mudanças administrativas que marcaram a passagem do século XIX para o século XX no Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Sul. É neste momento que ocorre a passagem do Império para a República, a abolição da escravatura, o surgimento e aplicação de novas leis, acarretando diversas alterações no modo de vida da sociedade rio-grandense.

Os cargos políticos eram destinados às pessoas mais influentes da sociedade. Geralmente os cargos administrativos ficavam a cargo das famílias de maior destaque e prestígio social, sendo que os próprios eleitores eram selecionados através de categorias de diferenciação. O voto censitário foi estabelecido por D. Pedro I e pertence as leis da primeira constituição brasileira, através dele se

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo PPGH-UPF.

concedia o direito ao voto apenas àqueles cidadãos que comprovassem uma situação financeira satisfatória, entre eles: nobres, comerciantes abastados, senhores de engenho e homens de posse.

Neste trabalho buscamos destacar os conhecimentos adquiridos na disciplina de história política para nossos estudos destacando os estudos de alguns importantes teóricos como Bachelard (2014), Durand (2014), Maffesoli (2011), Dumond (1985), Lyotard (1988), Pocock (2003) que tratam de questões fundamentais para a compreensão da história política, com temas relacionados a organização social, conceitos, modernismo, pós-modernismo, individualismo, a construção de imagens e representações nos discursos políticos.

Vamos primeiramente tratar das questões referentes a política rio-grandense durante o período estudado, posteriormente buscamos identificar o que havia nas grandes propriedades vacarienses, incluindo rebanhos e terras cultivadas, quem eram os donos dessas terras, de que modo as adquiriram e quais os métodos empregados para proteger o patrimônio familiar. Ao final, evidenciamos de que modo as mudanças políticas se refletiam na economia da sociedade rural durante a chamada República Velha no Brasil. No entanto, destacamos que o presente trabalho terá prosseguimento, constituindo este artigo os primeiros esforços para compreensão do tema.

### **Traçando um caminho político através de conceitos**

Segundo dados expressos por Urbim "cerca de 65% da população brasileira morava no campo, quando o século XX começou, o país tinha 17 milhões de habitantes e o número de gaúchos chegava a um milhão" (1999, p. 17). O Brasil se encontrava em um regime republicano a cerca de 10 anos, consolidado através dos presidentes de Estado, onde o controle político do país era desempenhado pelos grupos econômicos regionais.

As eleições constituintes regionais, de meados de 1891 puseram fim ao regime de renda mínima vigente no período monárquico, mas exigia que os eleitores fossem alfabetizados. Inúmeros conflitos políticos foram desencadeados devido a rivalidades políticas e os coronéis enfrentavam divergências para que seus candidatos fossem eleitos. Diante deste cenário, surgiu o chamado voto de cabresto, onde as pessoas eram subordinadas a ajudar a eleger o candidato escolhido pelo coronel. A Constituição assegurava o direito de voto, no entanto, a maioria das pessoas viviam no meio rural o que possibilitou aos proprietários agrários controlar o voto e o processo eleitoral de acordo com seus interesses. Destacam-se então, as figuras dos coronéis, como grandes

controladores do voto da população rural, como figuras de autoridade. Os coronéis aumentavam sua influência e poder político à medida que conseguiam assegurar o voto dos eleitores para seus candidatos, utilizando-se, por vezes da violência e também da barganha ou troca de favores, exercendo sua autoridade. Pocock (2003) salienta que:

Se um determinado conceito de autoridade estiver em discussão - como é provável que ocorra no discurso político -, uma determinada linguagem apresentará a "autoridade" como emergindo de certa forma e possuindo certo caráter, e não de outra forma e com outro caráter. Contudo, uma vez que tenhamos definido o discurso político como um discurso que se serve de "linguagens" e modos de argumentação provenientes de diversas origens estaremos comprometidos com a suposição da presença de uma série dessas estruturas paradigmáticas, distribuindo e definindo a autoridade de diversas maneiras e a qualquer momento. Disso se segue - o que de qualquer forma é quase evidente - que a linguagem política é por natureza ambivalente (p.32).

Como evidenciado por Pocock, a ideia de autoridade é justificada por características que indicam esse fator. Existe uma representação ideológica sobre o conceito de autoridade e sobre as imagens de seus representantes. Quando nos referimos aos discursos políticos, precisamos considerar que durante o século XIX e início do século XX este era direcionado para atender aos interesses da elite e, no caso do Rio Grande do Sul, uma elite fundamentalmente agrária. Todo discurso ou forma de expressão política, mesmo que a subordinação ideológica ou coercitiva são elementos que devem ser pensados dentro de um contexto social de uma época em que a troca de favores era algo usual. Portanto, mais valia aos subordinados votarem a favor de quem tinha o poder de determinar o seu trabalho ou seus privilégios sociais do que a favor de alguém que mal conheciam, de acordo com Dumont (1985):

O homem é reconhecido imediatamente como ser social. A subordinação é geralmente reconhecida como normal, necessária, em sociedade. A necessidade de emancipação do indivíduo é menos fortemente sentida do que a necessidade de enquadramento e de comunhão (p. 139).

Como descrito por Dumont, as pessoas necessitam sentir-se inseridas socialmente e para a sociedade do século XIX e início do século XX manter relações de subordinação era algo usual, uma vez que as relações de reciprocidade auxiliavam na manutenção da ordem vigente. As mulheres eram submissas aos seus pais, esposos, deviam obediência a seus irmãos, os escravos pertenciam aos seus senhores, os agregados deviam respeito aos chefes familiares, assim como

todas as pessoas próximas viam os senhores de terras e coronéis como figuras de autoridade. Essas relações sociais não estavam expressas em leis escritas, pertencendo aos hábitos e tradições passados de geração para geração. Esses costumes como abordado por Thompson (2005) ajudavam a definir as regras de convivências. Os cargos administrativos eram muitas vezes definidos por critérios de visibilidade social, associado a uma situação econômica favorável, o que beneficiava os grandes proprietários de terras.

Além disso, os estancieiros eram pessoas bem vistas socialmente, respeitadas e muitas vezes temidas por suas influências políticas, o que favorecia sua ascensão em cargos políticos ou administrativos. Seu prestígio era regido por padrões de comportamento e relações sociais favoráveis, de modo que, possuir vínculos de parentesco, compadrio ou amizade com esses fazendeiros, era uma das formas mais fáceis de se conseguir um cargo público ou político.

Os discursos políticos perpassavam pelo campo do imaginário, do contexto de época, o papel social dos grandes coronéis, latifundiários, que poderiam, sem dúvida vir a ocupar um cargo público. Sobre o modo como se elaboravam os discursos políticos, devemos observar que segundo Gadamer "cada época entende um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto constitui parte do conjunto de uma tradição pela qual cada época tem um interesse objetivo e na qual tenta compreender a si mesma" (JASMIN, 2005, p.30). Assim, torna-se impossível interpretar fatos do passado se não nos desprendermos de nossa visão do presente. Ou seja, "os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participam desses conflitos" (JASMIN, 2005, p. 31-32). Ou seja, apenas nos voltando para o contexto a que estamos nos referindo podemos interpretar os fatos passados.

Não podemos simplesmente trocar uma palavra por outra sem nos atermos ao seu sentido no momento em que foi escrita, pois pode ter um significado diferente do atualmente usual. Por exemplo, durante o século XIX existia uma grande diferença entre posse e propriedade, já que ser proprietário indicava que as terras foram compradas ou adquiridas por herança pertencendo a quem delas tivesse registro, no entanto, o posseiro não era dono de suas terras. Durante o período de transição do Império para a República, é preciso identificar cada um desses conceitos para não incorrer em falhas, quando analisamos o uso das terras no Brasil.

Voltando ao cenário político de nosso Estado, evidenciamos, que existia uma idealização dessas figuras públicas. A imagem que deles se projetava vem de encontro aos nossos debates

anteriores sobre conceitos e a construção do imaginário. Nesse caso, o fazendeiro pai de família, que possuía um sobrenome bem visto socialmente, sendo autoridade em sua fazenda recebia o respeito das pessoas que habitavam a mesma vila. Ou seja, sua imagem pública já se encontrava associada a um poder simbólico, como abordaremos no decorrer desse texto. Dentro dessa análise do campo imaginário e a idealização de um líder político, podemos refletir sobre o exposto por Mafessoli. O autor admite a existência de dois tipos de imaginário: o individual e o coletivo, segundo ele:

Existe uma interface entre o real e o imaginário e este é algo que não se consegue ver, mas se sente. Caracteriza-o como uma força, um catalisador, uma energia e, ao mesmo tempo como um patrimônio de grupo (tribal); uma forte comum de emoções, de lembranças, de afetos e de estilos; um patrimônio compartilhado que o autor também chama como "cimento social". A construção do imaginário individual se dá essencialmente por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si). Por sua vez o imaginário social estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (ANAZ, 2014, p.10).

Como abordado por Mafessoli, a construção do individual se processa através do coletivo, das interações com os grupos sociais entre si e destes com os demais. Era comum, por exemplo, que títulos militares fossem dados a fazendeiros, mesmo sem uma participação efetiva no exército, como acontece com os títulos de coronéis recebidos por vários fazendeiros entre os grandes possuidores de terras. Estes eram geralmente ligados a Guarda Nacional, porém grande parte dos títulos eram dados como honorarias. Destacamos então, a importância de compreendermos corretamente os conceitos empregados e seus significados no tempo histórico, como evidenciado por Koselleck: "Para se apoderarem da realidade, os homens necessitam dos conceitos e, por meio das experiências vividas e transformações sofridas, empreendem ações que se projetam no tempo e no espaço determinantes para sua autocompreensão" (BENTIVOGLIO, 2010, p.118).

A sociedade do século XIX e início do século XX, estava alicerçada rigidamente em ideologias comportamentais e a base central dessa sociedade era a família. Temos, no entanto, uma formação familiar diferente da encontrada habitualmente nos dias atuais. As famílias não eram definidas através de laços consanguíneos, mas abrangia todas as pessoas que moravam numa mesma fazenda e as que a estas se unissem por laços matrimoniais, de apadrinhamentos ou relações de reciprocidade. Ao casar seus filhos as famílias se entrelaçavam, sendo comum a ocorrência de casamentos entre herdeiros de grandes extensões de terras, de famílias abastadas, que exerciam

cargos administrativos ou eram consideradas de bom prestígio social. Para os fazendeiros casar os filhos entre si, proporcionava a manutenção do patrimônio familiar dentro de um mesmo grupo social. Podemos referir, portanto, que a família constituía as bases necessárias para a manutenção da ordem social vigente. Nesse sentido, as questões políticas poderiam embaraçar-se com o âmbito doméstico, causando confusões entre o campo público e privado, conforme Pocock:

O universo do público, à diferença do universo do social, deve ser concebido como um mundo institucionalizado e formalizado, dado que, de outra maneira a distinção entre público e privado não poderia ser mantida. E a institucionalização do universo do público conduz a institucionalização da experiência social e dos modos de aprendê-las e, conseqüentemente a institucionalização e diferenciação do tempo apreendido ( 2003, p. 127).

Considerando que história é sempre conceitos, e que estes só podem ser interpretados a luz de seu tempo, como referido por Jasmin (2005), é imprescindível que prestemos atenção ao significado dos conceitos diante do recorte de tempo histórico que abrange nossa pesquisa. Por exemplo, ao abordarmos o conceito de família durante o século XIX, precisamos destacar primeiramente, que: "aquilo a que chamamos 'família' oculta uma realidade que abarca diversas formas de solidariedade: uma une os que reconhecem ter o mesmo sangue ou um antepassado comum, outra, os que vivem sob o mesmo teto e partilham os mesmos interesses" (BURGUIÈRE e LEBRUN, 1997, p. 30). De modo que, uma família pode ou não apresentar laços de consanguinidade. Embora eles sejam comuns nas sociedades tradicionais, não devem ser definidores absolutos da constituição de uma família, já que mesmo existindo podem não envolver todos os membros do grupo. Durante o século XIX as composições familiares não estavam alicerçadas em laços de sangue, conforme nos explica Comissoli:

A ideia de família varia segundo o tempo e as culturas, sendo reinterpretada dentro das sociedades conforme seus códigos próprios. Portanto, a família enquanto objeto social surge como fato social definido tanto pelo sangue quanto por regras sociais variáveis, sendo tão biológico quanto sociocultural. (2011, p. 268)

Nas fazendas viviam várias pessoas e nem todas mantinham vínculos consanguíneos. O conceito de família, durante o século XIX, não designava apenas pessoas unidas por laços de sangue, nem se limitava a um núcleo conjugal. No dicionário de Antônio de Moraes Silva, em sua segunda edição, de 1813, o termo família é descrito como o conjunto de pessoas que compõe a casa, mais propriamente as subordinadas aos chefes ou pais de família, independente, portanto, do grau

de parentesco das pessoas envolvidas. De acordo com Faria (1998), o caso brasileiro pode ser mais complicado do que o de regiões europeias por incluir, na casa, os escravos, provavelmente não considerados como membros de uma família. No entanto, todos os outros moradores, como criados, parentes e agregados, talvez, estivessem incluídos. Cada época ou período histórico carrega suas próprias especificidades, modos de vida, interpretações de realidade que se refletem nos atos de fala e no sentido das palavras, como mencionado por Jasmin (2005):

Se a historicidade dos significados das ideias é inescapável, a dos sujeitos que os conhecem também o é, transformando as condições de possibilidades do conhecimento dos conceitos do passado numa aventura interpretativa, por definição contemporânea, e não passível de determinação científica (p. 30).

Assim, como o conceito de família abrangia um significado mais complexo, uma casa também não era unicamente uma residência. Sua representação remetia aos antepassados, e as suas riquezas não eram determinadas unicamente pelo cultivo agrícola ou criação de animais, mas também pela inserção de seus moradores na comunidade, expressa simbolicamente no intercâmbio de relações sociais (BESTARD CAMPS, 1992). De acordo com Pocock (2003), a sociedade contemporânea apresenta resquícios de ideologias que se enraizaram na sociedade entre fins do século XVIII e começo do XX. Ele questiona qual a origem dos elementos, aspectos ou fatores não individualistas, ao que sugere "estão vinculados em primeiro lugar, à permanência, ou 'sobrevivência' de elementos pré-modernos e mais ou menos gerais como a família. Mas também tem a ver com o fato de que o próprio emprego dos valores individualistas desencadeou uma dialética complexa" (POCOCK, 2003, p. 29).

Como mencionado por Pocock a família promove a interação ativa entre os sujeitos desencadeando a construção de uma identidade coletiva que se fortalece com a preservação de valores consolidados pela igreja, no caso do período que estamos estudando. As relações de reciprocidade entre as famílias, a preservação de atitudes possibilita que os costumes se expandam e se intensifiquem. No entanto, a sociedade moderna promoveu a inversão do coletivo para o individualismo na medida em que se promoveu a ideia da individualidade, do pensamento próprio, voltados para a busca da felicidade e do bem comum, que caracteriza o positivismo vigente no Brasil durante a República Velha. De acordo, com Urbim (1999) as ideias defendidas por Comte, inspiraram o movimento republicano vitorioso em 1889, segundo o pesquisador:

Sua doutrina de tendência antiliberal, rejeitada na própria França, encontrou terreno fértil no Brasil, onde inscreveu o lema Ordem e Progresso na bandeira nacional. Mas não há no mundo um lugar onde o positivismo de Comte tenha encontrado tão calorosa acolida como no Rio Grande do Sul, onde influenciou uma geração de políticos que governaram o Estado de 1891 a 1930 (URBIM, 1999, p. 45).

Urbim (1999) destaca que o maior expoente do comtismo no país, foi juntamente com Benjamin Constant, o considerado patriarca do Partido Republicano Rio-Grandense Júlio de Castilhos, seguido posteriormente por Borges de Medeiros. Os quais, conforme Urbim (1999) teriam adotado na faculdade de direito de São Paulo a doutrina positivista de Comte, a qual instituía que o homem existia para servir a humanidade e, desse modo, deveria se submeter ao seu poder. A ideologia positivista direcionava toda organização social, do período compreendido por nossa pesquisa e, observamos que ele ajuda a consolidar um modelo familiar a ser seguido, onde as mulheres são vistas como as responsáveis por manter a união entre os membros, oferecer-lhes atenção e cuidados. A mulher, considerada "rainha do lar" precisava zelar por sua postura e comportamento, dentro das regras dos chamados "bons costumes". Cabia ao homem a autoridade do ambiente doméstico, e buscava-se integrar a família num campo de moralidade.

Um dos temas mais discutido entre os anos de 1880 até 1888 com a assinatura da lei Áurea foi a escravidão e as implicações que ocorreriam devido a sua extinção. Os Grandes fazendeiros rio-grandenses, por exemplo, se mantinham contrários ao fim da escravidão, pois perderiam a mão de obra até então livremente utilizada, conforme Bentivoglio (2010), citando Koselleck:

A democracia, no contexto histórico brasileiro deve ser entendido como um conceito polissêmico, cujos significados sofreram profundas alterações desde sua aparição, nas revoltas coloniais, passando pelo movimento da independência, depois ao longo de todo o Império, bem como na sua utilização durante as diferentes fases da história republicana (p.127)

De acordo com Bentivoglio, Koselleck refere três tipos de conceitos, sendo que nos tradicionais o significado original é sempre resgatado; os conceitos cujo significado se modificou e os neologismos. Segundo ele, o que importa saber é se os leitores posteriores emprestam ou não sentido aos novos conceitos. Ou seja, se os conceitos permanecem com o mesmo sentido da época em que foram empregados ou se seu significado sofreu alterações, nesse caso, é preciso compreender qual a definição correta expressa pelos mesmos. Devemos ter em vista que a



linguagem e uso que fazemos dela sofre constantes alterações, em alguns casos percebidas em curtos espaços de tempos. Mas nitidamente evidenciada em espaços de tempos maiores.

Norteadada pelo positivismo "no dia 14 de julho de 1891, a assembleia gaúcha, com maioria castilhista, aprovou a Constituição do Estado" (URBIM, 1999, p. 45). Urbim refere que, conforme o documento o presidente de Estado exerceria seus poderes livremente, governando por 5 anos e escolhendo seu próprio vice. Nesse contexto, os atos do presidente eram fiscalizados pela opinião pública, porém sempre que a opinião pública se tornava contrária ao governo, era considerada subversiva e anarquista. Assim, os maragatos, se enquadravam na categoria de subversão, por irem contra o governo castilhista, conforme descrito por Pocock (2003):

A linguagem política é por natureza ambivalente. Ela consiste na enunciação do que tem sido chamado de proposições e "conceitos essencialmente contestados" e no emprego simultâneo de linguagens que favorecem a enunciação de proposições diversas e contrárias. Mas disso ainda se segue - o que é quase, mas exatamente a mesma coisa - que qualquer texto ou enunciação em um discurso político sofisticado e, por natureza, polivalente. Ele consiste no emprego de uma textura de linguagens capaz de dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas, na exploração dessas diferenças na retórica e na prática e em sua exploração e possivelmente sua resolução na teoria e na análise crítica (p.32).

Como evidenciado por Pocock, a linguagem política é construída através de conceitos e são estes que conferem legitimidade a fala ou discursos expressos em âmbito político. Todas as expressões utilizadas, o modo de fala identifica um público ao qual o discurso visa atingir. "Quando uma ideia se converte em conceito, a totalidade dos contextos de experiências e significados sócio-políticos aparecem na medida em que centra experiências históricas e articula redes de sentido, o conceito assume um caráter essencialmente plural" (BENTIVOGLIO, 2010, p.122). Como referido por Bentivoglio, os conceitos articulam redes de sentidos que precisam ser corretamente interpretados a luz do seu significado no momento em que são utilizados, já que sua definição pode se modificar com o passar do tempo e com as mudanças de hábitos e pensamentos.

Desse modo, os candidatos políticos por vezes, adaptam os seus discursos e a sua imagem pública de acordo com os padrões de comportamento e interesses de seus eleitores. No próximo capítulo, vamos analisar como eram moldadas as imagens dos representantes políticos rio-grandenses durante a República Velha, buscando conhecer quem eram os fazendeiros e pessoas que viviam na Vacaria de fins do século XIX e início do século XX.

## **O ser e o parecer na sociedade do século XIX: os fazendeiros e as questões públicas**

Nesse capítulo, vamos conhecer um pouco sobre a estrutura fundiária em Vacaria, evidenciando quem eram os fazendeiros que residiam nesse território, o que possuíam e como viviam. Primeiramente vamos analisar um pouco sobre a vida na sociedade colonial e de que modo as bases ideológicas nela alicerçadas foram mantidas ou reinventadas durante a República Velha. É preciso considerar que havia diversos critérios de distinção social e que se costumava selecionar os membros da elite para ocupar os cargos políticos e administrativos. Naquele período, as mulheres ficavam restritas as tarefas do lar e os escravos viviam a margem da sociedade sendo considerados como bens listados nos inventários juntamente com os semoventes que envolviam todos os animais e rebanhos que houvesse nas fazendas, conforme explica Dumont (1985):

Tirar a liberdade de um homem era tratá-lo como um bem móvel - como alguém incapaz de atividade espontânea, era negar que fosse responsável pelos seus atos, capaz de bem ou mal, merecedor de elogio e censura, que fosse o tipo de ser cuja atividade espiritual era a única coisa que fazia valer a pena tudo quanto tinha sido ou poderia ser feito (p.175).

No entanto, não bastava ser homem livre e abastado para adquirir destaque, pois os modos de diferenciação social abarcavam todas as heranças familiares, nesse caso analisava-se o tom de pele, o passado familiar, descendências, patrimônio, fortuna, bens móveis e demais legados econômicos ou títulos de destaque que pudessem ter. Hollanda (1991) destaca que "Todos os homens são da mesma cor, raça, cultura, e sentem a ansiedade ligada à falta de diferença. Por outro lado, de acordo com Freud (...) "alguns não são da mesma cor/raça e cultura" (HOLLANDA, 1991, p. 193).

De modo que, mesmo quando se acredita existir uma igualdade, as diferenças passam a ser evidenciadas, como por exemplo, o homem que se definia como branco, mas possuía uma herança negra, já estava marcado como inferior dentro da sociedade vigente. Do mesmo modo o fazendeiro abastado que teve um episódio familiar negativo conhecido publicamente, como por exemplo, a perda de fortunas patrimoniais, condutas consideradas desonrosas envolvendo membros da família e, assim por diante. Não existe um critério único que pudesse dizer quais os meios de se destacar socialmente, pois numa época marcada pela diferenciação e exclusão ser homem branco e abastado

não bastava para tornar-se um membro de qualquer grupo social ou um líder político, que surge no período colonial, assim:

O estereótipo, portanto, como local primário de subjetivação para ambos - colonizadores e colonizados - no discurso colonial representa o cenário de uma fantasia e de uma defesa similares - o desejo de uma originalidade novamente ameaçada pela diferença de raça, cor e cultura (...) O estereótipo não é uma simplificação por ser uma representação falsa de uma realidade específica, mas uma simplificação porque é uma forma de representação fixa e interrompida que ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), cria um problema para a representação do sujeito em acepções de relações psíquicas e sociais (HOLLANDA, 1991, p.193).

Nesse sentido, o simples fato de ser negro, implica em inúmeras dificuldades de inserção na sociedade colonial. Mesmo após a abolição da escravatura o negro continuava sendo discriminado no Império Brasileiro e também na República Velha. Mesmo diante de um cenário de mudanças administrativas, os costumes permanecem arraigados. Um dos principais legados da sociedade colonial para os períodos posteriores da história do país volta-se para a questão do patrimônio familiar e o modo como as fazendas se desenvolveram. Tratando sobre esse tema, vamos buscar identificar alguns dos moradores dos Campos de Cima da Serra (Vacaria/RS) no período compreendido entre 1890 a 1930 e suas propriedades.

Sobre o conceito de propriedade sabemos que "A palavra propriedade está grafada nos impressos do século XVII tanto como *property* quanto *propriety*" (POCOCK, 2003, p 108). Este conceito, de acordo com Pocock (2003) teria surgido como um termo jurídico que representava tudo o que pertencia propriamente a um indivíduo, nesse caso, a tudo o que ele teria o direito de reivindicar "e palavras como *proprium* e *proprietas* eram aplicadas tanto ao direito quanto à coisas, e a muitas outras coisas, como os meios de sustento ou de produção" (Pocock, 2003, p. 108). Sobre a formação de conceitos Bentivoglio (2010), refere que:

Para Skinner e para Pocock o importante é perceber como se produz o significado, seja através da coerência entre discurso, ação e entendimento provocado como quer o primeiro, seja por meio das supressões e silêncios propositais, tal como deseja o segundo. Pocock sinaliza a existência de variadas linguagens políticas que podem coexistir numa mesma sociedade e que são adotadas ou não pelos grupos (p.116).

De acordo com Bentivoglio (2010), Pocock entende a existência de várias linguagens políticas em meio a uma "tessitura completa de performances discursivas" (BENTIVOGLIO, 2010, p. 117). Ou seja, um discurso ou uma narrativa por mais que seja individual está sempre permeada

pelo coletivo. Os discursos políticos são elaborados através de vários outros, sendo que as propostas e os próprios atos de fala carregam simbolismos, manifestações de interesses coletivos. As construções de linguagem denotam características que tem por objetivo atrair eleitores, mas para tanto, busca-se criar situações de afinidade e empatia. Os atos de fala, são muitas vezes, formas de ativar os sentimentos, trazer átona emoções que despertem desvelo por aquele que o profere, como expresso por Pocock:

Os jogos de linguagem existem para ser jogados por jogadores não idênticos, de maneira que mesmo atores usando as mesmas palavras tem de parar e indagar o que querem dizer com elas. Isso parece explicar o que o surgimento de linguagens de segunda ordem (embora outras precondições, tais como instrução e cultura, talvez tenham de ser satisfeitas antes dessas linguagens de segunda ordem poderem ser socialmente possíveis) e também parece fazer com que, nas histórias com as quais o historiador vai obtendo familiaridade, a relação normal entre linguagem e experiência seja ambivalente - no sentido de que as palavras denotam, e tem-se consciência de que denotam, diferentes coisas ao mesmo tempo - e problemática - no sentido de que o debate a respeito de como elas podem ser usadas para denotar de segunda ordem normalmente responderá a novas experiências realizando debates sobre os problemas que vem à tona em seu discurso.

Ou seja, uma vez que os atos de fala são ferramentas capazes de atrair ou distanciar os ouvintes, é preciso compreender que as formas de interpretação sobre um mesmo discurso podem ser bem diferentes. Portanto, os discursos políticos devem ser articulados de modo a tornarem-se o mais claro possível, para que não haja interpretações equivocadas e ao mesmo tempo consigam atrair o maior número de votantes. Saber utilizar corretamente os jogos de linguagem, saber para quem se fala durante um debate político pode ser fundamental para candidatura ou fracasso de quem compete, para Koseleck "os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, a serviço da compreensão histórica" (BENTIVOGLIO, p.118).

Como já observado, os discurso não estão alicerçados apenas em palavras, mas em padrões de comportamento, sendo que a própria imagem do candidato, a maneira como se comporta socialmente, o figurino que veste, o padrão social que segue e até mesmo sua vida privada podem interferir em sua candidatura. Imaginemos então, o quanto essa padronização de personagens não se fazia fundamental nas práticas políticas do final do século XIX e início do século XX. Com certeza ela era muito pertinente em um espaço em que confundia as questões públicas e particulares, de modo que não era possível pensar no coletivo sem pensar no individual. Muitos candidatos sabiam que para serem eleitos precisavam contar com o apoio do poder local dos coronéis e para tanto

deveria convencê-los de que seus interesses seriam atendidos. Padrões que inclusive lembram alguns comportamentos de nossos atuais candidatos.

No Rio Grande do Sul, o fato de ser proprietário legava ao fazendeiro privilégios e possibilidades de ascender ao poder, fato que já se observava na Inglaterra no governo de Richard Cromwell, que utilizando uma citação de Pocock evidencia que "todo governo é fundado na propriedade, caso contrário o pobre deveria governar" (2003, p. 108). A propriedade também ajudava a definir o direito de voto, no entanto, neste momento a palavra não se relacionava a propriedade de terras, nem possuía conotação econômica, o que nos leva novamente a refletir sobre a importância de analisar o sentido dos conceitos. Posteriormente a propriedade, segundo Pocock (2003) pode ser entendida enquanto "propriedade real ou propriedade móvel", a propriedade real seria a terra, sendo que esta:

Tendia a transformar em cidadãos independentes os homens que concretizavam sua capacidade política natural, enquanto a propriedade móvel tendia a fazer deles seres artificiais, cujos apetites e energias podiam e deviam ser regulados por um soberano (POCOCK, p. 121- 122).

Pocock (2003) revela que havia arraigado no desenvolvimento da consciência política um confronto entre a propriedade real e a patronagem governamental, antes que houvesse um confronto entre propriedade real e propriedade móvel. O que nos revela que ser proprietário de terras conferia um prestígio diferenciado quanto a ser proprietário de bens móveis. Voltando para o foco de nosso objeto de estudo, no Rio Grande do Sul a propriedade da terra torna-se símbolo de prestígio entre os grupos sociais, no entanto, as terras pertenciam a poucos e muitas pessoas embora, possuíssem grandes rebanhos viviam como arrendatários de terras, conforme identificamos em nossas pesquisas. Vamos analisar alguns moradores de Vacaria e o modo como estes sobreviviam dentro do sistema econômico agrário da época. Evidenciamos que, grande parte dos inventários eram abertos pelos cônjuges e destes em parcelas significativas pela viúva, como é o caso do inventariado José Telles de Sousa.

Este inventário foi aberto em 1912 pela viúva Margarida Telles de Souza, entre os bens deixados havia uma pequena invernada, com área de 2 milhões, avaliada por 4 contos de réis; uma parte de matos de cultura com 75 hectares mais ou menos, avaliada por 1 conto de réis, além de uma parte de campos próxima a invernada, onde havia uma casa de material coberta de telhas com uma porta e duas janelas na frente com 5 compartimentos e dois galpões, lavoura, mangueiras e

mais benfeitorias, avaliadas por 1 conto e 500 mil réis. Esta herança ficou dividida entre 6 herdeiros, sendo os mesmos filhos do casal e alguns afilhados, entre eles: 1) Miguel Telles de Souza, casado; 2) Felisberto Telles de Souza, casado; 3) Maria Silveira de Souza, casada com José Telles de Souza, afilhados: 4) Vidal Telles de Souza, solteiro, com 22 anos de idade; 5) Antonio Telles de Deus, solteiro, com 20 anos de idade; 6) João Telles de Souza, solteiro, com 19 anos<sup>2</sup>.

Podemos observar a importância dos laços de compadrio, que segundo ensinamentos da igreja católica se estenderiam além da vida terrena. A ideia da morte carregava uma simbologia religiosa, em que a pessoa ao sentir chegar o fim de sua existência humana começava a se preparar para receber a sua sentença final, uma espécie de julgamento de seus atos durante a vida. Buscando a absolvição de seus pecados muitos fazendeiros reconheciam em testamento seus filhos naturais (concebidos fora do casamento), além de deixar legados a escravos pelos bons serviços prestados, assim como para parentes necessitados, mulheres solteiras como ajuda no dote para que pudessem se casar, além de seus afilhados, assim:

Frente a angustiante consciência da morte e do devir o homem adota atitudes imaginativas que buscam negar e superar este destino inevitável ou transformar e inverter seus significados para algo reconfortante. Essas atitudes imaginativas resultam na percepção, produção e reprodução de símbolos, imagens, mitos e arquétipos pelo ser humano. Esse conjunto de elementos simbólicos formaria o "imaginário" cuja principal função seria levar o homem a um equilíbrio biopsicosocial diante da percepção da temporalidade e, conseqüentemente da finitude ( ANAZ, 2014, p.06 )

A ideia da morte carregava um peso bastante significativo, afinal, era o momento que todas as escolhas feitas na vida teriam sua justificativa. Então quando a consciência acusava sobre atitudes incertas o melhor seria tentar se redimir de possíveis culpas e, muitos fazendeiros acreditavam que uma maneira de encontrar o perdão de Deus era através de doações e benefícios prestados, o que podemos comprovar através de seus testamentos.

Mas nem todos os fazendeiros vacarienses eram abastados senhores de terras, muitos dos inventariados possuíam apenas um pedaço de campo, e por vezes alguns animais, como é o caso de Antonio Telles de Souza. O mesmo era dono de um "retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1º distrito do município de Vacaria, no valor de 15 contos de réis, casa e

---

<sup>2</sup> Inventariado: José Telles de Souza; Inventariante: Margarida Telles de Souza; APERS: ano: 1912; autos nº: 19; estante: 119. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis"<sup>3</sup>, além de 232 cabeças de diversas espécies de animais, que estão discriminados na tabela 3.1

Tabela 1 - Relação de animais pertencentes ao inventariado Antonio Telles de Souza com as respectivas avaliações<sup>4</sup>:

7 mulas mansas regulares a 110 mil réis cada uma e todas por 770 mil réis
5 ditas a 95 mil réis cada uma e todas por 450 mil réis, ditas mulas inferiores.
4 ditas de sobre ano a 70 mil réis cada uma e todas por 280 mil réis (280.000)
6 cavalos mansos, regulares a 50 mil réis cada um e todos por 300 mil réis
4 ditos inferiores a 4 mil réis cada um e todos por 160 mil réis.
3 potros de 3 anos inferiores a 30 mil réis cada um e todos por 90 mil réis
3 ditos de 2 anos a 25 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
3 ditos de dois anos, regulares, todos por 90 mil réis.
5 potrinhos de ano a 15 mil réis cada um e todos por 75 mil réis
6 éguas velhas falhadas, por mil réis cada uma e todas por 220 mil réis.
2 carreiros a 90 mil réis cada um e ambos por 180 mil réis
3 touros a 80 mil réis cada um e todos por 240 mil réis
29 vacas com cria a 79 mil réis cada uma e todos por 2 contos e 30 mil réis (2.030.000)
22 ditas falhadas a 50 mil réis cada uma e todas por um conto e 100 mil réis.
24 novilhas de ano a 35 mil réis cada uma e todas por 840 mil réis.
14 terneiras de ano a 25 mil réis cada uma e todas por 350 mil réis.
78 ovelhas a 3 mil réis cada uma e todas por 234 mil réis.

Se observarmos o modo como os animais foram descritos e avaliados encontraremos diversas peculiaridades da época, assim como a interpretação dos avaliadores quanto aos animais listados. Por exemplo, classificar os animais quanto ao seu estado físico, com definições como em "bom", ou "mal" estado, ou "regulares" como encontramos na presente avaliação. Também é possível identificar definições quanto a idade do animal, mas estas são feitas de modo incerto, ou seja, não se relata a idade aproximada do animal, mas se registra se este seria velho ou novo. Em alguns casos encontramos informações mais precisas como "reses de ano", de "três anos", e assim

---

<sup>3</sup> Inventário APERS; Ano: 1913; Autos nº 662; Maço nº 20; Estante: 119. Inventariado: Antonio Telles de Souza; Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

<sup>4</sup> Idem 2.

por diante. A utilização desses termos no remete a pensar sobre seu significado naquele momento e dentro de um contexto específico, que seria o próprio inventário.

O entendimento de "bom" ou "ruim", por mais claro que possa parecer é por natureza subjetivo. O que determina se um animal está em bom estado nos dias atuais pode ser muito diferente da época em que os animais dessa fazenda foram inventariados. Durante o século XIX o mular, assim como os cavalos eram animais de transporte, dizer se estavam em "bom" ou "mal" estado poderia significar o pensamento de estar em condições de realizar tarefas difíceis como transporte de cargas pesadas, realizar longas viagens até São Paulo, onde haviam feiras em que se vendiam produtos como o charque. No entanto, atualmente, o cavalo pode ser apenas um animal de passeio, portanto, estar em "bom" estado para tê-lo na fazenda não seria o mesmo de utilizá-lo para realização de trabalhos pesados no campo. Essas definições podem ser pensadas através da imagem do simbólico, de como essa sociedade interpretava os acontecimentos, como lembrado por Dumont (1985):

Se se considera os sistemas de ideias e valores, pode-se ver os diferentes tipos de sociedades como representantes de outras tantas opções diferentes, entre todas as alternativas possíveis. Mas tal modo de ver não basta para consolidar a comparação, para formalizá-la, por pouco que seja. Para tanto, cumpre levar em conta, em cada sociedade ou cultura, a importância relativa dos níveis de experiência e de pensamento que ela reconhece, ou seja, usar os valores mais sistematicamente do que tem sido feito, de um modo geral, até agora. Com efeito, o nosso sistema de valores determina toda a nossa paisagem mental (p. 18).

A reflexão exposta por Dumont se relaciona diretamente com a interpretação ao realizarmos a leitura de documentos históricos. Para entender o que a sociedade do século XIX expõe em seus textos precisamos compreender que o pensamento vigente naquele momento pertence aquele momento. De maneira que classificar algo como "bom" ou "regular" depende sobremaneira da situação em que nos encontramos e dos conhecimentos que temos a respeito. Nossos estudos indicaram que um grande número de pessoas morreram em Vacaria em decorrência do surto de varíola que assolava o país, podemos imaginar que para as pessoas que adquiriam a doença esta era sinônimo de esperar a morte. Já atualmente a doença não nos afeta do mesmo modo. Compreender a mudança do uso das palavras e como os conceitos se modificam através dos tempos é também compreender que as coisas adquirem sentidos diferentes diante das mudanças de pensamento, como exposto por Dumont (1985). Quando ocorrem transformações na maneira de viver e interpretar o mundo a linguagem também se modifica e as palavras adquirem novos significados. Em alguns



casos os conceitos se transformam juntamente com a realidade, em outros podem permanecer estáveis, sendo que:

Os liames entre a realidade histórica e os conceitos se dão em meio a quatro possibilidades fundamentais: a realidade e os conceitos permanecem estáveis ao longo do tempo, o conceito e a realidade mudam simultaneamente de modo harmônico, os conceitos mudam, mas a realidade não ou, enfim, a realidade muda, mas os conceitos permanecem os mesmos (BENTIVOGLIO, 2010, p.128).

Como citado por Bentivoglio, devemos prestar bastante atenção aos conceitos, pois estes não são estáveis, modificando-se constantemente. Porém, há casos que os significados perduram através dos tempos, demonstrando a responsabilidade que o historiador possui ao trabalhar com fatos de um passado distante como o século XIX. Desafio que se apresenta imprescindível para que possamos de fato compreender as sociedades de tempos anteriores ao nosso, pois a linguagem é sempre única e está determinada pelo momento e contexto em que foi utilizada.

### **As mudanças políticas e seus reflexos na economia da sociedade rural**

Os principais reflexos das mudanças administrativas recaiam sobre o sistema econômico pecuarista no Rio Grande do Sul. Embora, nosso trabalho esteja em sua fase inicial, podemos fazer algumas considerações sobre o modo como as alterações políticas afetavam a economia da sociedade rural. Convém ressaltar que, entre o fim do Império e a segunda posse de Júlio de Castilhos, em 1893, o governo estadual mudou de mãos cerca de 18 vezes. E mesmo que a república houvesse iniciado sua fase de consolidação institucional com apoio do PRR e na Constituição Castilhista de 91, a sua legitimidade ainda seria contestada pelas armas pela Revolução Federalista de 93 (DACANAL E GONZAGA, 1979).

Esses conflitos políticos apresentam diversos reflexos na economia do estado que se acentuam juntamente com as mudanças sofridas na estrutura produtiva da sociedade rural, com a consolidação do sistema capitalista. O início do século XX é marcado por diversas mudanças nos modos de pensamento definidos pela modernidade:

A modernidade é vista como um período em que os homens começaram a se perceber de maneiras diferentes e, especialmente, passaram a se ver, e às suas comunidades, dentro de uma perspectiva de mudança, desenvolvimento, história. De acordo com Habermas, a Modernidade expressa a convicção de que o futuro já começou. Em outras palavras, a

Modernidade preocupa-se com o progresso, seja ele expresso no desenvolvimento de ideias e tecnologia, na geração de riqueza ou de justiça para todos. Entende a sociedade como um estado de constante fluxo, inovação e desenvolvimento conforme as mudanças no conhecimento e nas técnicas alteram as identidades e experiências de indivíduos e comunidades (FORTES, 2014, p. 11).

Como mencionado, a ideia de modernidade está associada a mudanças de pensamentos e modos de vida, além disso, a sociedade moderna tem a mercadoria como sua principal característica expressa pelo capitalismo. Este sistema econômico é definido principalmente através das relações de dominação e exploração de uma classe por outra. Pocock (2003) ao indagar sobre o significado do vocabulário republicano refere que este era "empregado por *dictadores*, retóricos e humanistas, articulava a concepção positiva de liberdade: sustentava que o *homo*, o *animale politicum*, era constituído de tal forma que sua natureza só se completava em uma *vita activa*, praticada em um *vivere civile*" (POCOCK, 2003, p. 87).

Nesse sentido, a ausência de leis seria prejudicial a vida em sociedade, já que o ser humano seria por natureza político. Dumont (1985) considera que "todos os homens em sua melhor condição procuram aquilo que unicamente os tornará felizes e livres - a autorrealização ideal, o cumprimento das ordens da voz interior" (p. 180). Segundo Dumont, existe uma lei natural que designa ao homem fazer o que é correto, ou seja, "o bem é equivalente, em certo sentido, ao desejado" (DUMONT, 1985, p. 181). Assim, a existência de leis não se relaciona com a privação da liberdade. Para ele, o homem não consegue atingir sua liberdade quando uma limitação natural o impede de fazê-lo, por exemplo, caminhar sobre as águas do mar.

Portanto, a existência da política estaria ligada a própria existência humana, como destaca Maffesoli: "o político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir (2011, p. 23). Maffesoli, acredita que a ordem social também é definida por fatores biológicos, portanto, ele supõe que ocorra um impacto muito relativo da ação humana na construção social, já que "a comunidade é parte integrante de um vasto conjunto cósmico do qual não passa de um elemento" (MAFFESOLI, 2011, p. 28). Do mesmo modo, como a ideia do poder estaria relacionada a outro instinto biológico que acompanha o homem desde o seu surgimento.

Observamos em nossos estudos que o desenvolvimento capitalista no meio rural pode ser evidenciado com maior ênfase após 1850, quando as terras adquirem um valor comercial, que vai se refletir no valor das propriedades. Terras aptas a criação de gado, com pastos e reservas de água

também recebem um valor mais elevado, assim como as terras de cultivo, Nossas pesquisas indicam que até 1930 havia em Vacaria a predominância de fazendas destinadas a pecuária, de acordo com a pesquisadora Ironita P. Machado (2012):

Os republicanos instalaram uma nova ordem para o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, congregando antigas e novas forças sociais ligadas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, comércio e indústria. Portanto, com base nas diretrizes da nova ordem, objetivam-se a diversificação econômica promovendo a proliferação da livre empresa, a acumulação baseada no trabalho assalariado, a introdução de novas técnicas, a valorização do preço da terra, a diversificação da produção, abertura de novos mercados e o crescimento da pequena propriedade (p. 88).

Como referido por Machado, houveram diversas mudanças na estrutura econômica do Rio Grande do Sul após a implantação do regime republicano e estas alterações afetaram diretamente as relações produtivas no meio rural. É possível evidenciar alterações entre os preços dos semoventes que ultrapassam o dobro do valor entre os anos de 1889 a 1912. Verificamos por exemplo a alteração na avaliação das reses que passa de cerca de 12 mil réis em 1889 para 45 mil réis em 1912, as mulas mansas avaliadas em 25 mil réis passam a valer 100 mil réis cada, um aumento relevante se considerarmos o curto espaço de tempo que decorrem entre os inventários. Certamente as avaliações podiam ter diferenças com relação a valorização dos animais, todavia, constatamos que o aumento do preço dos semoventes é perceptível de modo geral nos inventários consultados. A tabela 4.1 Diferença entre os preços dos animais 1889 e 1912 ilustram este fato:

Tabela 2 - Diferença entre os preços dos animais 1889 e 1912

<b>Inventário 1889<sup>5</sup></b>	<b>Inventário de 1912<sup>6</sup></b>
2 vacas sem cria, velhas a 10 mil réis cada uma, ambas por 20 mil réis;	280 reses de 3 anos para cima a 45 mil réis cada uma e todas por 12 contos e 600 mil réis (12.600.000);
1 dita com cria por 2 mil réis;	120 reses de 2 anos a 28 mil réis cada uma e todas por 3 contos 360 mil réis (3.360.000)
1 vaca nova sem cria sem cria por 12 mil réis;	120 terneiros de ano a 18 mil réis cada um e todos por 2 contos 160 mil réis (2.160.000);
Uma novilha de três anos por 12 mil réis;	80 bois de 3 anos para cima a 55 réis cada uma e todas por 4 contos e 400 mil réis (4.400.000);
2 ditas de 2 anos a 8 mil réis cada uma, ambas por 16 mil réis;	6 bois carreiros a 80 mil réis cada um e todos por 480 mil réis;
1 touro criado por 15 mil réis;	22 mulas mansas de carga a 100 mil réis cada uma e
2 terneiros de sobre ano por 8 mil réis;	
2 mulas mansas regulares a 25 mil réis, por 50 mil réis;	

<sup>5</sup> Inventário APERS; Ano: 1889; Autos nº 315; Maço nº 9; Estante: 119; Inventariando: Theodoro Joaquim da Silva; Inventariante: João Propício da Silva Filho. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

<sup>6</sup> Inventário APERS; Ano: 1912; Autos nº 659; Maço nº 19; Estante: 119; Inventariando: José Paim de Andrade; Inventariante: Velocino Paim de Andrade. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

<p>5 dita velhas a 16 mil réis cada uma, todas por 80 mil réis;  1 dita muito velha em mau estado por 8 mil réis;  1 cavalo manso velho, melhor por 20 mil réis;  3 ditos velhas a 12 mil réis cada uma, todos por 36 mil réis;  1 dito muito velho, por 6 mil réis;  1 égua baia, mansa por 10 mil réis;  1 dita velha por 4 mil réis;  1 potranca de sobre ano por 2 mil réis;</p>	<p>todas por 2 contos e 200 mil réis (2.200.000);  2 ditas mansas imprestáveis a 20 mil réis cada uma, ambas por 40 mil réis (40.000);  2 ditas de 2 anos a 70 mil réis cada uma, ambas por 140 mil réis (140.000)  5 ditas de ano a 60 mil réis cada uma, todas por 300 mil réis (300.000)  22 éguas sem cria a 25 mil réis cada uma e todas por 150 mil réis (150.000)  12 cavalos mansos a 54 mil réis a 4 mil réis cada um e todos por 648 mil réis (648.000);  14 ditas velhas a 30 mil réis cada uma, todas por 420 mil réis (420.000);  4 potros de 2 anos a 30 mil réis, todas por 120 mil réis (120.000);  Um dito de 4 anos por 40 mil réis (40.000);  4 ditas de sobreano a 20 mil réis cada uma, todas por 80 mil réis (80.000);  8 potrilhos de ano a 18 mil réis cada um, todos por 144 mil réis (144.000);</p>
--	---

Conforme o observado na tabela, os animais adquirirem valores mais altos a partir do início da Primeira República, fato que pode ser explicado através dos diversos investimentos realizados pelos setores públicos para favorecer o crescimento da economia no estado. Machado (2012) salienta que o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) apresentava treze questões ligadas a mudanças financeiras e econômicas que deveriam ser colocadas em prática para controlar a economia rio-grandense. Entre as quais estava "animar o desenvolvimento da agricultura, da criação e das indústrias rurais" (MACHADO, 2012, p. 89), ou seja, o governo propôs investimentos na economia que resultaram na valorização do meio rural, o que pode ter se refletido no preço dos animais, de modo que:

Essas preocupações e medidas ligadas ao rural incorporam e viabilizam as novas diretrizes para o desenvolvimento capitalista, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul pelo aparecimento e florescimento de outras regiões produtoras além daquela da pecuária. Isso numa conjuntura em que grandes contingentes de estrangeiros começam a entrar no Brasil com destino à lavoura paulista de café, como trabalhadores assalariados. Nesse processo, o Rio Grande do Sul recebeu um significativo número de imigrantes que buscavam a posse de pequena propriedade (MACHADO, 2012, p. 89-90).

Machado destaca também, que devido a instabilidade política gerada pela passagem do império para a república, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul só se tornou possível pela interferência do estado na economia. Sendo estabelecidas novas leis, que em favor do federalismo permitiram regular as transformações que aconteciam no país. Os conflitos gerados neste contexto se enquadram nas questões referentes a modernidade onde ocorrem confrontos ideológico, com relação as escolhas políticas e suas concepções geradas através das lutas de classes (Hollanda, 1991). Estes confrontos são observados também no que se refere ao significado dos conceitos, como discutido anteriormente. As rivalidades políticas no Rio Grande do Sul provocou o surgimento de grupos que animavam interesses distintos, por apoiar ou não a ordem vigente, criando o que podemos chamar de "tribos" distintas, como é o caso dos grupos opostos Maragatos e Chimangos, como exposto:

O indivíduo não é mais uma entidade estável provida de identidade intangível e capaz de fazer sua própria história, antes de se associar com outros indivíduos, autônomos, para fazer a História do mundo. Movido por uma propulsão gregária, é, também, o protagonista de ambiência afetual que o faz aderir, *participar* magicamente desses pequenos conjuntos escorregadios que propus chamar de *tribos* (Maffesoli, 2011, p. 14).

Como descrito por Maffesoli, os grupos sociais se unem através de seus interesses formando, o que o teórico define como "tribos". Esses grupos antagônicos são responsáveis pelo desencadeamento de vários conflitos, no entanto, demonstram que existindo opiniões distintas as decisões políticas devem abarcar o consentimento geral. As rivalidades e disputas políticas tornam-se cada vez mais acirradas durante o período estudado, gerando descontentamentos que se refletem principalmente na área econômica, portanto, manter a salvo seu patrimônio era uma das maiores inquietações dos estancieiros rio-grandenses. Porém, muitos dos inventariados tiveram suas terras e bens leiloados após sua morte para pagamento de dívidas públicas, o que pode estar relacionado a empréstimos concebidos em aplicações destinadas a melhorias nas fazendas. Visando motivar o crescimento econômico do estado o governo passou a oferecer empréstimos e incentivos para a área rural, todavia, muitas dívidas se acumulavam até a morte do proprietário. Resultando em perdas para a família, já que a abertura do inventario significava além da partilha de heranças o pagamento de todas as dívidas existentes.

No inventário de José Paim de Andrade, o inventariante foi Velocino Paim de Andrade, seu primeiro testamenteiro, este ocupava o cargo de tenente coronel. O inventariado possuía animais,

terras e benfeitorias, que foram leiloados após sua morte<sup>7</sup>. A inventariada Marcolina Gomes dos Santos, cujo inventariante foi seu esposo Generoso Nery dos Santos, deixou seis filhos. Os bens pertencentes ao casal se resumia a alguns animais além de 600 hectares de terras na fazenda Cachoeira, avaliados por 9 contos e 250 mil réis, além de uma casa de madeira e benfeitorias, no valor de 500 mil réis<sup>8</sup>. A família possuía um rebanho significativo, como podemos constatar na Tabela 3.2.

**Tabela 3 - Animais existentes na fazenda Cachoeira em 1912<sup>9</sup>**

40 vacas com cria a 55 mil réis cada uma, todas por 2 contos e 200 mil réis (2.200.000)
2 vacas falhadas a 43 mil réis cada uma, todas por 1 conto 806 mil réis (1.806.000)
12 bois de 4 anos a 60 mil réis cada um, todos por 720 mil réis (720.000)
40 terneiros de ano a 25 mil réis cada um, todos por 1 conto de réis (1.000.000)
38 reses de 2 anos a 35 mil réis cada um, todas por 1 conto 330 mil réis (1.330.000)
6 bois carreiros a 80 mil réis cada um e todos por 480 mil réis (480.000)
10 cavalos mansos regulares a 50 mil réis cada um, todos por 500 mil réis (500.000)
6 ditas mansas velhas a 30 mil réis cada uma, todas por 180 mil réis (180.000)
6 éguas com cria cavalara a 35 mil réis cada uma, todas por 210 mil réis (210.000)
6 ditas com cria de burro a 60 mil réis cada uma e todas por 360 mil réis (360.000)
31 éguas de 2 anos para cima a 22 mil réis cada uma, todas por 682 mil réis (682.000)
7 potrilhos de ano a 15 mil réis cada um, todos por 105 mil réis (105.000)
1 burro reprodutor em bom estado por 200 mil réis (200.000)
1 retalhado em mau estado por 20 mil réis (20.000)
1 reprodutor cavalara por 50 mil réis (50.000)
3 mulas mansas a 90 mil réis cada uma, todas por 270 mil réis (270.000)
3 mulas de três anos a 80 mil réis cada uma, todas por 240 mil réis (240.000)

O monte mor fez um total de 20 contos 103 mil réis, uma quantia significativa para a época. Ao viúvo coube de sua meação a importância de 10 contos 51 mil e 500 réis e cada um dos seis herdeiros filhos receberam de sua legítima materna a quantia de 1 conto 672 mil 250 réis<sup>10</sup>.

<sup>7</sup>Inventário APERS: Ano: 1912; Autos nº 659; Maço nº 19; Estante: 119. Inventariado: José Paim de Andrade; Inventariante: Velocino Paim de Andrade. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes.

<sup>8</sup> Inventário APERS: Ano: 1912; Autos nº 660; Maço: 19; Estante: 119. Inventariado: Marcolina Gomes dos Santos; Inventariante: Generoso Nery dos Santos. Vacaria/ Órfãos e Ausentes.

<sup>9</sup> Idem ao 5.

<sup>10</sup> Idem 5.

Caso semelhante ocorre no inventário de Manoel Galvão dos Santos, cujo inventariante foi Delfino Nery dos Santos. Além dos bens semoventes o inventariado possuía:

Um retaco de campos e matos de moradia e benfeitorias, sito na fazenda do Pinhal, 5º distrito do município de Vacaria, o qual os avaliadores acharam valer 16 contos e 500 mil réis. Um retaco de campos e matos sito no lugar denominado "Guabiju, 5º distrito deste município confrontando com campos de Padalício Rodrigues de Almeida, dona Maria Philomena Ramos Duarte e filhos, Bonifácio Alves da Silva e Crescêncio Nery dos Santos e filhos, ao qual dão o valor de 5.000.000; Um retaco de campo e matos sito no lugar denominado "Guabeju", 5º distrito deste município, ao qual dão o valor de 750.000; Um retaco de campos e matos sito no lugar denominado "Cachoeira" no 1º distrito deste município, ao qual dão o valor 16.000.000; Uma casa de moradia com galpão, mangueiras, e benfeitorias edificadas na relação de campos e matos no lugar denominado Cachoeira acima descritos, ao qual dão o valor de 600.000; Um potreiro fechado com taipas e arames sito no campo da Cachoeira na margem do arroio denominado Rodeio, no primeiro distrito deste município, ao qual deram o valor de 3.000.000; Um potreiro sito no campo da Cachoeira no 1º distrito deste município no lugar denominado "Capoeirinha", a margem da estrada geral que conduz a extrema fixada de taipas e arames ao qual dão o valor de 2.200.000;

A herança deixada somava o total de 50 contos 520 mil réis, que foi dividido entre os 11 filhos do inventariado. Mas, nem todas as terras existentes em Vacaria naquele momento destinavam-se às atividades pecuaristas. Considerando que alguns municípios, atualmente emancipados de Vacaria foram colônias de imigração italiana e alemã, nestes espaços haviam terras de cultivo, como descritas no inventário de Maria Luciana de Souza Oliveira<sup>11</sup>, cujo inventariante foi o viúvo Manoel Antonio da Costa, sua herança constava de:

Um lote colonial de terras e matos de cultura, sito neste distrito na Serra das Antas, tendo limites em uma parte de terras que foram do coronel Bernardo Moreira Paz, em outra parte de terras do tenente coronel Fábio de Lemos Duarte ou de herdeiros deste, este lote colonial com área de 242 mil metros quadrados, ou 10 alqueires com algumas benfeitorias avaliado por 500 mil réis.

Neste caso, não estamos tratando de uma fazenda, como nas situações descritas anteriormente, mas de um lote colonial, onde provavelmente se desenvolvia a agricultura. No entanto, não foi possível constatar a existência de indícios sobre o que se cultivava nas terras, mas não foram citados haver animais, o que nos sugere que fossem áreas agrícolas. Até o presente momento foram analisados cerca de 50 inventários, mas para fins do presente estudo usamos como

---

<sup>11</sup> Inventário APERS: Ano: 1912; Autos nº 19; Estante: 119. Inventariado: Maria Luciana de Souza Oliveira  
Inventariante: Manoel Antonio da Costa. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes.

referência 42 inventários. Entre os quais 13 dos inventariados podem ser classificados como fazendeiros donos de áreas significativas de terras, cujos bens de raiz ultrapassaram 10 contos de réis chegando ao valor de mais de 70 contos de réis. Esses fazendeiros também eram donos de uma grande quantidade de animais, chegando a existir em uma mesma fazenda apenas em gado de 200 a 600 reses.

Cerca de 26 dos inventariados possuíam uma pequena propriedade, ou seja, um pedaço de campos e matos, onde mantinham alguns animais. Os rebanhos eram realmente bem inferiores quando comparado aos rebanhos descritos nos inventários de fazendeiros abastados, girando em torno de 1 a 40 reses, algumas ovelhas, geralmente um ou dois cavalos ou um burro. Entre os inventariados, encontramos 3 possíveis arrendatários, já que consta possuírem animais, mas não são descritas terras onde pudessem deixar os rebanhos, além de um lote colonial.

Observamos que, embora tenhamos uma quantidade significativa de fazendeiros donos de grandes extensões de terras, entre os inventariados havia um número importante de pequenos proprietários que chegava a ultrapassar o percentual de latifundiários. Esses dados nos revelam que embora, a pecuária fosse a atividade econômica predominante na Vacaria do século XIX e começo do século XX, nem todos os pecuaristas eram grandes proprietários de terras.

Muitas foram as mudanças ocasionadas pela valorização do meio rural através da criação de novas leis voltadas para o desenvolvimento econômico do estado. Se considerarmos que muitos ocupantes de cargos administrativos eram também fazendeiros podemos compreender a grande preocupação com o meio rural, além disso, para adquirir a confiança de seu eleitorado as propostas deviam servir aos interesses do grupo dominante, de onde viria sua candidatura. Após eleito os representantes políticos precisavam zelar pela manutenção de seu cargo, o que significava manter as relações de reciprocidade que lhes permitiram chegar ao poder, e assim garantir a submissão das pessoas sob sua autoridade. Vale ressaltar que:

A existência, na origem do poder político, da necessidade de assegurar proteção, de permitir o bom funcionamento e a regularidade do crescimento social. A submissão é apenas o correlato da proteção. O líder tem por característica essencial assegurar um recurso, ser a garantia do equilíbrio. De resto, é isso que engendra a submissão fatalista ou, ainda, a passividade da massa que, conforme os regimes procuraremos ou temeremos. Na base dessa passividade, está o fato de que se cede a outros o cuidado de assegurar a tranquilidade do conjunto (MAFFESOLI, 2011, 30)



Como descrito por Maffesoli, cabe ao líder político manter a sua autoridade e assegurar o seu poder, mas para que isso ocorra, muitas vezes ele precisa se submeter aos interesses da classe dominante. Oferecer vantagens aos seus eleitores, primar pelo bem comum e valorizar e incentivar as atividades econômicas que gerem lucros para o seu estado ou país. No caso do Rio Grande do Sul, a autoridade dos coronéis, como referido anteriormente, é um exemplo de subordinação baseada em troca de interesses que ocorre quando as pessoas entendem que garantir a confiança do coronel também pode lhes trazer vantagens.

### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou evidenciar de que modo as mudanças políticas afetavam a economia da sociedade rural rio-grandense do final do século XIX e início do século XX. Nosso objetivo era conhecer a estrutura rural de Vacaria e os fazendeiros que viviam nesse território dentro do cenário político da época. Evidenciamos ao final deste estudo que existe uma relação direta entre as mudanças políticas e as alterações ocorridas na economia rural rio-grandense. Observamos que entre os anos de 1890 a 1930 houve uma tendência a valorização dos rebanhos e uma acentuação no valor das terras, indicados nas novas leis de incentivo ao produtor rural. Ou seja, ao valorizar a economia rural, o estado favorece uma série de medidas que contribuíram para acelerar o preço dos produtos.

Em Vacaria havia a predominância de fazendas destinadas a pecuária, ao menos até meados de 1920, como aponta nossa pesquisa. Mas, apesar de existirem fazendas com extensas áreas de terras e um número considerável de animais, também havia pequenos proprietários que perfizeram mais da metade dos inventariados pesquisados até o momento, além de arrendatários. Observamos que os cargos administrativos eram exercidos por pessoas de grande prestígio e destaque social, entre as quais destacam-se o grupo dos latifundiários. Os coronéis exerciam autoridade em suas vilas, sendo sua imagem construída simbolicamente através da representação de poder que estes consolidavam.

Através deste estudo nos foi possível identificar a estrutura social e política rio-grandense, compreender de que modo se davam as construções de poder e autoridade, debatendo a importância da análise de conceitos para os estudos históricos. Evidenciamos as mudanças de pensamentos que permearam a passagem do pensamento para o modelo moderno e pós moderno, a construção da

ideia do individualismo e de que modo essas transformações filosóficas acabam se refletindo nas organizações políticas e na vida das pessoas de modo geral. Consideramos que, as mudanças geradas no modo de perceber a realidade e os fatos ocasionaram diversas alterações quanto a organização social, as leis vigentes, gerando mudanças na economia do país e do estado. Para o Rio Grande do Sul, as novas leis tiveram a intenção de beneficiar o meio rural gerando melhorias para o sistema econômico, provocando a valorização das terras e dos rebanhos.

Destacamos assim, que as questões políticas devem ser pensadas diante de estudos aprofundados que só podem ocorrer quando nos voltamos para o entendimento dos conceitos de época, os pensamentos, modos de vida e organização social. Assim, evidenciamos a importância dos conhecimentos adquiridos na disciplina de história política para o desenvolvimento de nossa pesquisa, assim como o valor dos estudos realizados por teóricos como Bachelard (2014), Durand (2014), Maffesoli (2011), Dumond (1985), Lyotard (1988), Pocock (2003). Estes trabalhos nos ajudam a entender a estrutura de pensamento que orienta a sociedade do início do século XX e seus reflexos dentro de uma sociedade moderna, que volta-se para o individualismo e possui representações próprias que orientam as questões políticas e seus discursos.

De modo que, as aulas de história política favoreceram a ampliação de nossos conhecimentos e colaborando para o desenvolvimento de nossos estudos relacionados ao meio rural rio-grandense durante a República Velha. Agradecemos, portanto à professora Ana Paula Tibola pelas aulas ministradas.

## **Referências**

ANAZ, Silvio. Et al. **Noções do imaginário**: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. Revista Nexi. ISSN 2237-8383 N° 3 (2014).

BERLIN, Isaiah. **Ideias políticas na era romântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 77-149.

BENTIVOGLIO, Julio. **A história conceitual de Reinhart Koselleck**. Dimensões, vol. 24, 2010, p. 114-134. ISSN: 1517-2120.

BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. As mil e uma famílias da Europa. In: \_BURGUIÈRE, André et. all. **História da Família**, vol.3. Lisboa: Terramar, 1987, p. 15-82.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Moderna). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Fluminense, Niterói, 2006.

DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sergius (org.). **Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social**: referências preliminares. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.20.

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MACHADO, Ironita P. **Entre justiça e lucro**: Rio Grande do Sul 1890-1930. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 11-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. In: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2014/10/a-historia-politica-e-o-conceito-de.html>.

POCOCK, J. G. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

URBIM, Carlos. **Rio Grande do Sul**: um século de história. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

VIRILIO, Paul. **Guerra Pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIRILIOU, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Caps. 1 e 3.